

CRESCER (S)EM SOLIDÃO**Estudo sobre o Passado, o Presente e o Futuro de Crianças Institucionalizadas**

Marta Mucha*

Paula Cruz**

1 - Orientação Paradigmática: Do Construtivismo à Teoria da Estruturação.

Desenvolver um estudo ao nível das *crianças em risco* constitui um desafio a vários níveis. Desde logo no que se prende com a determinação do Paradigma mais adequado à leitura de tão complexa realidade. De acordo com Claude Dubar: a primeira condição de uma verdadeira postura de pesquisa face à Exclusão [Social] é a de a considerar como uma construção social, isto é, como um produto histórico de mecanismos sociais e não como «estádio» resultante de atributos individuais ou colectivos" (DUBAR, 1996: 111). A posição construtivista é a que melhor permite a análise da questão dos menores em risco, uma vez que estes não são mais do que uma categoria socialmente construída que cobre toda uma diversidade de situações-problema vivenciadas pelas crianças que nelas estão enquadradas.

O construtivismo, entendido como "um meio de conhecer o mundo a partir do ponto de vistas daqueles que nele vivem" (SCHWANDT, 1994: 118) - os actores sociais, que com ele mantêm uma relação dialéctica - foi alvo de múltiplas abordagens. De um lado, destacam-se aqueles que levam ao extremo o distanciamento face ao pensamento positivista de explicação causal dos fenómenos sociais, adoptando a postura de que afinal *tudo é construção social*. Estes, apelidados de construtivistas radicais, entre os quais se destaca Ernst Von Glasersfeld, desenvolvem uma "teoria do conhecimento na qual entendem que este último, no plano ontológico, não reflecte uma realidade objectiva, mas exclusivamente uma ordem e organização do mundo constituído pela nossa própria experiência" (GLASERSFELD, 1984: 24). O conhecimento não é, assim, independente da realidade, das experiências dos indivíduos, pelo contrário, ele reflecte-as e organiza-as. Neste sentido o construtivismo radical assenta nesta base epistemológica sobre o conhecimento deixando de lado a referência importante à realidade objectiva.

Mas pensar o paradigma construtivista requer uma conjugação dos dois níveis: o ontológico e o epistemológico. Segundo E. G. Guba e Y. S. Lincoln, no paradigma construtivista a realidade é entendida e apreendida como sendo múltipla. Melhor será, então, falar em «realidades», uma vez que estas não são mais do que construções mentais dos sujeitos que com elas estabelecem uma interacção dinâmica através da qual o conhecimento é gerado.

À abordagem mais moderada da perspectiva construtivista sobre a realidade social passa, assim, pela combinação da *força das coisas* com as estratégias dos actores. Demonstrar a importância do primeiro - dos processos objectivos da realidade, da estrutura social - não implica subestimar a importância dos actores sociais, pelo contrário, a sua conjugação é fundamental, uma vez que "a realidade não é somente constituída por estruturas, leis ou sistemas de relações que se manifestam em regularidades sociais consideradas como mundo natural oferecido à observação, [mas também] é um campo de liberdades onde a acção dos actores sociais [tem de ser respeitada]" (FERNANDES, 1998: 24).

* Socióloga do *Empregar* - Projecto de Luta Contra a Pobreza do Concelho de Valongo.

** Socióloga estagiária no *Centro de Acompanhamento, Estudo e Intervenção Social para os Sem Residência* - Segurança Social.

Esta valorização do papel do sujeito actuante, assim como o realce dado à estrutura social em que aquele se enquadra é igualmente demonstrada na *teoria da estruturação* de Giddens. O referido autor salienta a importância dos sujeitos enquanto elementos activos no desenvolvimento dos processos sociais, chamando também à atenção para os limites que se colocam à sua acção, desde logo, porque se encontram sempre historicamente situados. A consciência dos constrangimentos e possibilidades que enformam a vida social levam Giddens a referir que “as estruturas não devem ser conceptualizadas simplesmente como uma colocação de entraves à actividade humana, mas como uma capacitação” (GIDDENS, 1996: 183). As estruturas sociais dão sentido à actividade humana, contudo os actores têm as suas próprias capacidades de actuação sobre as mesmas e é esta acção recíproca que leva o autor a falar em *dualidade da estrutura*. Com isto Giddens pretende superar a dicotomia entre estrutura/sujeito, mas o seu objectivo não é compreender a forma como a estrutura determina a acção, nem saber a forma como a acção influencia a estrutura, mas sobretudo saber como é que a acção do indivíduo está estruturada nos contextos quotidianos de acção.

As perspectivas aqui expostas realçam questões que são caras à Sociologia: por um lado, o Construtivismo salienta a construção da realidade, do mundo social, como resultado da experiência humana, por outro Giddens refere a importância do reconhecimento da acção dos agentes sociais (fundamental na abordagem construtivista), não deixando de parte a estrutura facilitadora e condicionadora da acção social que, ao mesmo tempo, resulta desta última. Em ambas as perspectivas sobressaem a capacidade activa do sujeito no delineamento das suas acções e do mundo que o rodeia.

Assumindo uma tal postura paradigmática, procura-se essencialmente, por um lado, ultrapassar todo o tipo de análises ‘naturalistas’ que, sobretudo no domínio da Psicologia, procedem à explicação de *situações de risco*, para a integridade física, psíquica e emocional da criança, com base em argumentos de ‘patologização’ dos comportamentos dos adultos agressores. Por outro lado, tenta-se igualmente guardar distância do tipo de abordagens ‘fatalistas’ que perspectivam quase sempre as crianças em risco como vítimas passivas de circunstâncias adversas, negligenciando a sua capacidade de iniciativa, enquanto actores sociais com um papel activo nas situações de interacção perturbadas e perturbadoras do ambiente socializador, em sentido restrito – família – e em sentido amplo – comunidade.

2 - Reflexão Sociológica sobre a Problemática da Infância.

Reflectir sobre a questão da infância exige, desde logo, proceder a uma análise da *Socialização*. Partindo deste conceito, tão caro à problematização sociológica, começa-se por abordar algumas perspectivas clássicas e pós-clássicas que se debruçaram sobre este processo social fundamental, adoptando-se uma visão mais construtivista e criticando todos aqueles que insistem “... em abordar a socialização como sendo uma espécie de «cartilha» através da qual a criança ou o jovem é levado a interiorizar normas, valores, atitudes, papéis, saberes e saberes-fazer que compõe uma espécie de programação destinada a ser executada de forma mecânica” (BOUDON e BOURRICAUD, 1982: 485). Em sentido oposto, procura-se insistir no papel activo que cada indivíduo tem no processo de socialização, desde o seu nascimento até ao momento da sua morte, através de uma dupla dinâmica de transmissão e apropriação que se processa de modo contínuo, mas não isento de clivagens. De sua parte, C. Dubar assinala o carácter duplamente construído do processo de socialização, uma vez que, “por socialização, designamos um conjunto de processos estruturais e biográficos que assegura a construção das identidades sociais pelas instituições e pelos indivíduos” (DUBAR, 1991: 114).

O agente socializador que assume um papel primordial ao nível deste processo é a *Família*. Instância fundamental no processo de socialização primária, a família 'trabalha' numa lógica selectiva e não meramente reprodutiva, no sentido de promover na criança a interiorização de um conjunto de valores, a construção de uma série de expectativas, a estruturação de formas de pensamento, a incorporação de normas de comportamento e o desenvolvimento de códigos de linguagem, que garantam a sua integração no todo social. O processo de modernização das sociedades tem implicado grandes alterações, tanto nas relações objectivas que se estabelecem entre os membros do núcleo familiar, como nas representações subjectivas que se formam em torno desta instituição básica da sociedade. Enquanto que nas famílias pré-industriais se verificava, muitas vezes, a ausência de sentido de afecto e a ausência de intimidade entre os cônjuges e entre gerações de pais e filhos, já nas sociedades industriais as relações instrumentais e distantes tendem a dar lugar a relações mais intimistas e afectuosas.

O individualismo que caracteriza o processo de modernização, em geral, reflecte-se num processo de atomização familiar, em particular. Se a família alargada vem dando lugar à família nuclear, no que diz respeito às sociedades pós-industriais, há quem advogue, ora a diversificação/dispersão das estruturas familiares, ora a desestruturação/destruição da instituição familiar. Esta última posição parece assumir um carácter radical, sendo a primeira muito mais plausível. No entanto, em contextos de *Modernidade Tardia* fenómenos como a valorização do indivíduo e a maior flexibilidade das estruturas familiares são acompanhados de uma crescente vulnerabilidade a dinâmicas de desestruturação familiar. Esta assume, muitas vezes, diversas formas de violência doméstica, em geral, e *mau-trato infantil*, em particular, entre as quais há que destacar: a violência física e psicológica, o abuso sexual, a negligência, o abandono e outras formas de maltratar as crianças. Um estudo sobre *Os Maus Tratos às Crianças em Portugal* procura estabelecer uma correspondência entre estruturas familiares e tipos de maus-tratos detectados com frequência: o abandono é mais vulgar em famílias monoparentais, o abuso emocional e o mau trato físico em famílias recompostas, ou ainda, a negligência em famílias alargadas. Em resumo, podem ser identificados maus-tratos activos (perpetrados de modo consciente) ou maus-tratos passivos (provocados de modo involuntário), que são infligidos às crianças não só por parte de pais, irmãos e outros membros da família, mas também por parte de amas, vizinhos e outros membros do meio social de origem. Neste contexto é fulcral reflectir sobre a importância e a referência que a Família, mesmo quando se encontra envolvida em circunstâncias desestruturadoras, vai assumindo ao nível da socialização primária dos menores em risco.

Em virtude de tais circunstâncias e de tais condutas maltratantes as crianças constituem, nos dias de hoje, potenciais alvos de processos multifacetados de *exclusão/marginalização social*.

Após uma breve exposição sobre a evolução da problemática da exclusão social, nomeadamente a partir da publicação da obra *L'Exclu* da autoria de René Lenoir, marco fundamental para a emergência de um novo paradigma da exclusão nos anos 70, procura-se chamar a atenção para a multidimensionalidade do processo de exclusão, que é cada vez menos um sinónimo puro e simples de pobreza. Entre outros autores que analisam esta questão, há que destacar Martine Xiberras que desenvolve toda uma reflexão sobre várias formas de exclusão perceptíveis do ponto de vista sociológico: formas de exclusão *visíveis* com formas de exclusão *invisíveis*; formas de exclusão *material* com formas de exclusão *simbólica*; formas de *auto-exclusão* com formas de *exclusão de alter*. Todas estas modalidades de exclusão acabam por desembocar numa ruptura objectiva dos laços sociais entre pessoas e/ou grupos, em simultâneo com uma ruptura subjectiva do vínculo simbólico que é o garante da coesão inter-individual e inter-grupal. A mesma autora conclui que a exclusão social constitui um "fenómeno social total" pluridimensional, de carácter patológico, que funciona

como "*categoria global paradoxal*", pois abrange uma cada vez mais ampla e complexa rede de fenómenos e respectivas significações, tornando-a ambígua e mesmo contraditória. Há quem considere que o conceito tem perdido algum do seu valor devido à sua *crescente rotinização* e a uma certa *saturação de sentido*.

Esta temática está intimamente ligada à problemática da *marginalidade e desvio*, sendo de destacar a este nível o conceito de *carreira desviante*, que já tem sido operacionalizado em diversos contextos de investigação sociológica. Por um lado, há que referir o conceito de carreira de criança de rua da autoria de Riccardo Lucchini e que visa traduzir "a transição, nem sempre totalmente realizada, entre dois pólos: de um lado o contacto com a rua, mas integrado na família (...); do outro, a ruptura quase total com a família e adultos, passando a viver de forma independente na rua" (cit in SEBASTIÃO, 1995: 55/56). A realização da presente pesquisa sociológica permitiu a elaboração de um novo conceito de *carreira de menor institucionalizado* com o objectivo de descrever todo o percurso que a criança delinea, desde a altura em que se encontra envolvida numa situação de risco, até à fase de uma eventual reintegração no meio social e familiar de origem, passando pelo período mais ou menos longo em que ocorre a sua institucionalização, num regime aberto e/ou fechado.

O restabelecimento dos laços sociais com a família e o meio de origem, numa perspectiva de estabilidade, implica a reconversão dos ciclos viciosos de pobreza, marginalidade e exclusão que afectam as crianças em questão. Após uma confrontação teórica entre diversas conceptualizações sobre o complexo processo de *reinserção social*, colocamo-nos na linha dos autores que consideram necessária, no caso concreto dos menores em risco, a adopção de estratégias de *reinserção em rede* com base numa maior pluridisciplinaridade ao nível da intervenção. Só uma maior colaboração inter-institucional permitirá "uma pluridisciplinaridade efectiva, entendida como capaz de limitar o monopólio do poder deste ou daquele especialista, assim como a apropriação abusiva das crianças por parte de tal instituição ou tal serviço. Só a pluridisciplinaridade permite reconhecer que (...) estamos uns perante os outros numa igualdade de insuficiência recíproca" (CLEMENT, 1981: 29). Esta visão da dinâmica reinsersora procura combater, quer a inércia e algum conformismo patentes em núcleos socializadores do meio de origem, quer a monopolização e um certo totalitarismo vigentes em alguns estabelecimentos de apoio e protecção a menores em risco.

À partida, as obras de protecção e acolhimento a crianças em risco desempenham um papel fundamental no estabelecimento de um corte com redes de pobreza, marginalidade e exclusão, procurando a reinserção social dos menores em questão. Os referidos estabelecimentos apresentam estruturas e formas de funcionamento que variam entre o internamento e a total abertura, funcionando muitos deles em regime de semi-internato. A diferença fundamental entre estes três modelos institucionais está na maior ou menor permeabilidade que cada estabelecimento demonstra em termos de intercâmbios materiais e simbólicos com a comunidade envolvente.

Neste enquadramento, um desafio que se nos coloca é o da abordagem destas obras enquanto *instituições totalitárias*, no sentido goffmaniano do termo, ou seja, como "lugar de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos, colocados na mesma situação, privados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam em conjunto uma vida reclusa, cujas modalidades estão minuciosamente e explicitamente reguladas" (GOFFMAN, 1968: 41). Um conjunto de características permitem a operacionalização selectiva deste conceito, entre as quais há que destacar o facto de, ao contrário do modo de vida mais patente nas sociedades modernas, o seu *modus vivendi* ter por base a progressiva atenuação das fronteiras físicas e simbólicas entre os domínios da intimidade, do trabalho, do lazer, ou outros espaços de interacção quotidiana. E. Goffman chega mesmo a dizer que: "As instituições totalitárias são incompatíveis com esta estrutura de base da nossa sociedade que se funda na relação trabalho/salário. Elas são igualmente incompatíveis com uma outra estrutura

fundamental: a família. Por vezes, contrapõe-se a vida familiar à vida solitária, mas será mais correcto contrapô-la à vida comunitária, uma vez que, aqueles que comem e dormem no local de trabalho, com os companheiros de trabalho, dificilmente podem ter uma vida familiar autêntica” (*Idem, Ibidem*, 1968: 53). É o que o autor designa por “tendência envelopante” da instituição totalitária e na qual se nota um certo exagero sobretudo quando utiliza o termo “incompatíveis”, na medida em que muitas das instituições que partilham algumas das características expostas procuram apesar de tudo uma boa articulação com a instituição familiar, escolar ou laboral, sobretudo aquelas que funcionam em regime aberto ou semi-aberto. Aliás, em termos abstractos, esta parece ser uma das mais promissoras vias para uma maior eficácia da reinserção social, constituindo-se uma rede de esforços que imprima, ao mesmo tempo, mais ponderação e mais consistência ao referido processo. Para isso é fundamental, não só a tomada de consciência da necessidade de actuação por parte de cada um dos espaços/agentes de socialização das crianças, mas também a articulação de esforços no sentido de garantir uma verdadeira *reinserção em rede*, que se vá tecendo na justa medida das necessidades do menor.

3 - Percurso pelas Metodologias de Investigação.

A estratégia metodológica vigente ao longo de toda a pesquisa teórico-empírica consistiu numa metodologia eminentemente qualitativa. Só um quadro metodológico de cariz qualitativo se mostra, por um lado, sensível à exploração de elementos (inter)subjectivos a par das facetas objectivas dos problemas em causa, e por outro lado, flexível face ao constante esforço de adaptação da linguagem e capacidade de solicitação dos investigadores à linguagem e capacidade de compreensão/reflexão da população solicitada, em particular, as *crianças institucionalizadas*.

Um tal esforço exigiu o recurso a um método intensivo ou de estudo de caso, mediante a realização de entrevistas em profundidade. Assim, houve necessidade de seleccionar os indivíduos mais capazes de fornecer informação da melhor qualidade em função, por um lado, do tipo de situação vivenciada no passado e, por outro lado, da própria personalidade e capacidade de comunicação de cada um dos informantes. Neste contexto, afigurou-se-nos essencial o recurso a *uma amostragem não probabilística intencional*.

Após a *análise qualitativa* das entrevistas realizadas e a *análise quantitativa* de alguns dos exercícios de escolha múltipla e associação livre propostos às crianças, estava reunido o material necessário à *construção de histórias de vida*, constituindo estas o objectivo metodológico fundamental do presente trabalho e que se traduziu numa série de retratos que são colocados ao longo de toda a apresentação de resultados, com um ênfase muito especial nos percursos de vida de duas das crianças entrevistadas. As histórias de vida embora estejam muito centradas no orador ou na situação vivida por ele enquanto actor social, vão mais ao encontro dos objectivos do investigador do que aos do actor que vivencia e interpreta as situações narradas na referida história, constituindo mais uma etnobiografia do que uma autobiografia.

A exposição cientificamente orientada das histórias de vida destas crianças só foi possível graças ao esforço de *observação directa não participante* que acompanhou toda a pesquisa no terreno, permitindo a captação visual e a apropriação selectiva dos aspectos mais peculiares e mais pertinentes dos comportamentos dos indivíduos e das dinâmicas inter-individuais. Tendo por base o preenchimento de um guião de observação construído a partir de objectivos orientados, quer para a descrição de sistemas de interacção social, quer para a apreensão do sentido subjacente à dita interacção, a observação directa não participante constitui um recurso essencial de que as investigadoras fizeram uso

para manter o necessário distanciamento face à realidade estudada, sem recorrer a um isolamento físico face à mesma.

Ao longo de todo o percurso metodológico procurou-se ter em atenção, em primeiro lugar, a pertinência das referidas técnicas e métodos relativamente à problemática teórica; em segundo lugar, a articulação produtiva entre as diversas técnicas de investigação accionadas para evitar a obtenção de resultados desfasados entre si; em terceiro lugar, o accionamento ponderado de algumas das técnicas enunciadas, nomeadamente as histórias de vida, por forma a não exercer nenhum tipo de «violência simbólica» sobre a população estudada.

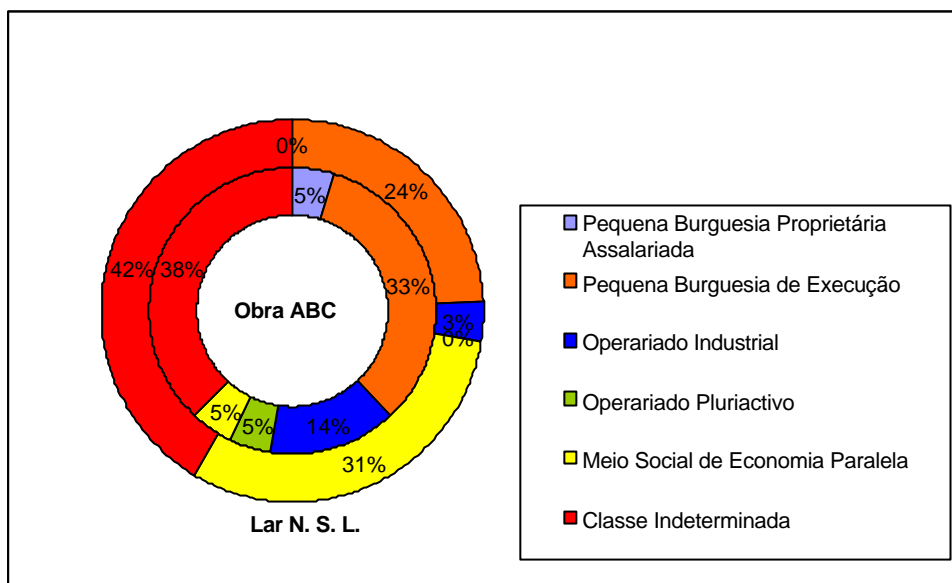
4 - Trajectos de Vida de Crianças Institucionalizadas.

O contacto com um conjunto de crianças albergadas em duas instituições de apoio e protecção a menores em risco – Obra A.B.C. e Lar N. Sra. Do Livramento – situadas ora no centro, ora nas imediações da cidade do Porto, permitiu investigar **quem são**, afinal, as crianças-alvo desta investigação. O facto de se tratarem de duas instituições de solidariedade social de inspiração religiosa cristã explica, em parte, que cada uma delas se dedica a um trabalho exclusivo com menores, ora do sexo masculino, ora do sexo feminino. Para além da sua preparação cívica e moral, estas instituições centram-se muito na formação escolar das crianças que têm a seu cargo, tendo a sua maioria entre 6 e 18/20 anos de idade. A aposta na prossecução dos estudos advém da constatação de alguns desequilíbrios mais ou menos profundos no que diz respeito a níveis de escolaridade. Na origem de algum insucesso escolar e/ou desinteresse face à escola poderá estar a maior ou menor facilidade de acesso e frequência assídua do estabelecimento de ensino no seu local de origem. Há crianças institucionalizadas que são oriundas de aldeias e outros lugares isolados que obrigam a grandes deslocações, contribuindo para a desmotivação das crianças.

Por outro lado, a falta de instrução dos pais não lhes permite reconhecer a essencialidade do cumprimento de um percurso escolar regular. Com efeito, não se trata tanto de situações de isolamento geográfico – na medida em que grande parte destes menores residem na A.M.P. – mas sobretudo de situações de isolamento social, até porque muitos dos que moram no grande Porto pertencem a bairros sociais particularmente problemáticos – como é o caso do Bairro do Lagarteiro, do Bairro do Cerco ou do Bairro de S. João de Deus.

Nestes espaços, à falta de instrução generalizada de familiares, vizinhos, etc., acrescentam-se outros problemas de fundo que atingem os meios familiares e sociais de origem dos miúdos e que os colocam em situação de risco. Tanto na Obra ABC, como no Lar N. Sr.^a do Livramento parecem predominar os níveis mais baixos da escala social, que acabam por aglutinar um conjunto de “patologias sociais” que afectam as famílias e os respectivos menores: condições de habitação deficitárias, condições de saúde precárias, baixos níveis de escolaridade, existência de desemprego e precariedade face ao emprego, baixos níveis de rendimento e qualificação profissional, segregação espacial, em síntese, isolamento social. No universo de crianças que participaram directamente nesta investigação, há toda uma panóplia de problemas sociais que são bastante frequentes, pertencendo a maioria dos menores a camadas social e economicamente mais carenciadas.

Gráfico I – Situação de Classe das Crianças da amostra nas Instituições.



Os directores técnicos das instituições aqui em questão lamentam o desconhecimento da situação socio-profissional de grande parte das famílias. Estas últimas recaem, ora na categoria da *classe indeterminada* – casos de pais idosos ou desconhecidos – ora na categoria do *meio social de economia paralela* – casos de pais ligados à droga e/ou à prostituição. As categorias mencionadas envolvem 73% das situações abordadas no Lar e 43% das situações observadas na Obra. Os números apresentados e a sua importância relativa levam a considerar a retaguarda familiar como um elemento essencial para a explicação do desenvolvimento do fenómeno sociológico em análise, sendo legítimo perguntar-se **de onde vêm** os menores em risco?

De um modo geral, poder-se-á afirmar que as famílias que enquadravam quotidianamente estas crianças, antes de elas serem institucionalizadas, viviam e/ou vivem em condições que correspondem a situações de exclusão múltipla. Os baixos níveis de escolaridade e literacia, o peso elevado da desqualificação profissional e do desemprego, as fortes carências materiais e afectivas, a adopção de condutas ilícitas funcionam como uma “bola de neve” de exclusão social, que se cruza com dinâmicas de auto-exclusão e que conduz estas famílias ao isolamento e à marginalidade. Uma das características mais marcantes das famílias, que se vêem envolvidas neste tipo de ambientes adversos e que vêm a adoptar modos de vida mais ou menos desviantes, reside precisamente na progressiva desestruturação ao nível dos laços afectivos e da composição familiar em que estes estão fundados. A maior precariedade, não só material, mas também afectiva, favorece a reprodução de casos de promiscuidade familiar e/ou monoparentalidade. Esta última situação é a muito comum, quer entre as crianças da Obra A.B.C., quer entre as do Lar N. Sr.^a do Livramento, sendo a maioria deles relativos a estruturas familiares maternocêntricas, embora também os núcleos paternocêntricos resultem de uma profunda fragmentação das relações intra-familiares em que, na visão de uma das técnicas, o extremo egoísmo dos pais suplanta a busca da felicidade dos filhos. Entre os diversos casos observados destaca-se o de uma das meninas do Lar:

RETRATO 1 – Kátia

Kátia tem doze anos, está no Lar há quatro anos e pode ser considerada uma prova de que o fenómeno das crianças em risco afecta todas as classes sociais. Com efeito, embora a pessoa mais próxima de si seja o pai, pertencente a um estrato social bastante baixo, a família materna é residente em Lisboa e possuidora de um certo nível social e económico. Suspeita-se

que terão sido as grandes mudanças nos modos de vida, não compensadas no plano do matrimónio, que terão levado a mãe de Kátia ao suicídio, quando a menina tinha entre quatro e seis anos de idade. O facto de o pai levar uma vida muito ocupada justifica que Kátia ficasse das 9:00 da manhã às 8:00 da noite ao cuidado de uma ama, de quem ela não guarda boas recordações e de quem terá sido vítima de maus-tratos, sobretudo de tipo psicológico.

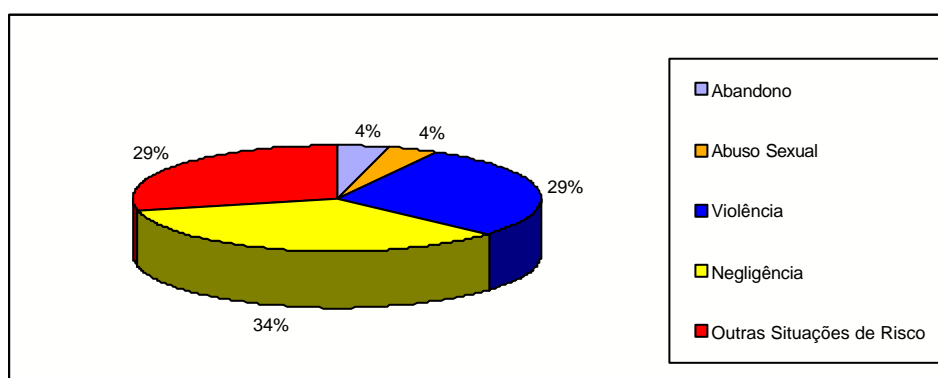
Após ter pedido ao pai para a retirar da ama, Kátia passou por um período em que ficava totalmente sozinha em casa, o que suscitou múltiplas situações de risco. À partida o pai não parecia ser uma pessoa muito violenta, no entanto, era muito negligente, a ponto de a menina ter de mendigar para ter o que comer durante o dia. Os vizinhos ter-se-ão apercebido do que se passava e a menina acabou por ser trazida para a instituição.

No Lar encontrou a estabilidade e a protecção das Irmãs e formou também as suas maiores amigas, que constituem o pequeno grupo das “best-friends”. No seu quotidiano, quando chega da escola, e após algumas horas de estudo e tarefas “caseiras”, Kátia dedica-se às suas aulas de balett.

Sendo uma criança bastante vivaça e com ar decidido, deseja vir a constituir a sua própria família, com um bom marido, um filho e uma filha e ambiciona mesmo vir a conhecer os bisnetos. No que se refere ao trabalho, ainda está na dúvida entre o ser veterinária ou polícia. O futuro o dirá...

A situação particular de Kátia obrigou-a à prática da mendicidade para a sobrevivência, fruto de uma atitude de negligência por parte do seu pai, mas a menor também foi vítima de violência, sobretudo psicológica, por parte de uma Ama. Este facto alerta, não só para a ocorrência de maus-tratos, como consequência de contextos desestruturados, mas também para a frequência de maus-tratos infligidos por agentes maltratantes exteriores ao núcleo familiar (vizinhos, amas e outros). Em última análise, grande parte dos menores em risco, à semelhança de Kátia, acabam por ser alvo de múltiplas formas de maus-tratos – ora de cariz mais activo, ora de tipo mais passivo – sendo de acrescentar que, embora as primeiras sejam mais violentas, as segundas nem sempre são entendidas como tal, dificultando a reconversão das situações de risco.

Gráfico II – Maus Tratos às crianças da sub-amostra, de ambas as Instituições.



As categorias de maus-tratos acima apresentadas não constituem tipos homogêneos, resultando cada uma delas de várias circunstâncias de risco. Desde logo, os casos de abandono envolvem, por um lado, situações de abandono definitivo (mais frequente no Lar N. Sr.^a do Livramento), por outro lado, situações de abandono temporário com posterior restabelecimento dos laços familiares (mais patente na Obra ABC). Alguns estudiosos destas matérias identificam várias estratégias utilizadas pelos parentes, desde as mais cruéis que podem levar ao infanticídio, até às mais frequentes que vão da doação a orfanatos, adopção e até venda dos seus filhos. Em qualquer um dos casos o abandono infantil tem graves repercussões no total desenvolvimento da criança, uma vez que, “é um fenómeno complexo, multicausal, negando um direito fundamental que

é a família, sua protecção nos primeiros anos de vida (...)" (SANTOS, 1995: 21). Mas outras formas de maus-tratos podem deixar traumas profundos para o resto da vida.

O abuso sexual de menores revelou-se outro dos motivos de institucionalização de crianças nas instituições envolvidas na presente pesquisa, tendo quase sempre como autores das agressões os próprios progenitores. As referidas situações podem implicar formas de violência mais explícita (casos de violação) ou tipos de violência mais subtil (casos de incesto). Estas últimas têm a agravante de passar despercebidas, até porque nem sempre são entendidas como condutas desviantes, no âmbito de uma relação familiar. Tendo em consideração o caso de incesto directamente analisado no decorrer da investigação, poder-se ia afirmar que a criança não se considera de modo algum maltratada, muito pelo contrário, o menor é tratado de uma forma que extravasa o normal relacionamento mãe-filho, sem que a criança tome consciência da delicadeza da situação. Já no caso da violação, a realidade mostra-nos que esta não ocorre apenas entre familiares de sexo oposto, sendo tão mais traumatizante quanto mais próximo é o grau de parentesco que une a criança ao agressor.

Apesar da situação acima descrita ser de uma violência extrema, esta designação é aplicada a uma terceira categoria de maus-tratos de natureza, não só física, mas também psicológica. Os casos de violência física referem-se, muitas vezes, a castigos infligidos, por parte de familiares e outras pessoas que lidam com estas crianças. Na sequência destas condutas maltratantes, as suas capacidades psíquicas e emocionais acabam por ser afectadas, embora a violência psicológica também ocorra em circunstâncias em que a anterior não se verifica. Assim, podem ser referidas formas indirectas de violência sobre os menores, quando estes presenciam agressões entre os seus progenitores ou quando estes últimos se encontram na dependência da droga, do álcool, etc. Estes diversos tipos de violência acabam por reflectir-se na personalidade dos menores, que tanto podem tornar-se excessivamente carentes e carinhosos com as pessoas que os ajudam, como podem manifestar-se extremamente fechados e agressivos com indivíduos estranhos. Embora constitua uma das categorias de mau-trato com maior visibilidade, não é a única a assumir grandes proporções, de acordo com as investigações efectuadas.

A par da violência física e psicológica, uma outra categoria tradutora de situações de risco para com os menores parece assumir dimensões verdadeiramente preocupantes: a negligência de progenitores e outros agentes socializadores. O grande motivo de preocupação é que nem sempre esta é provocada de forma voluntária, podendo distinguir-se formas de negligência activas e passivas, que no seu conjunto povoam o quotidiano de muitas famílias portuguesas. Todavia, nesta categoria enquadram-se, não só os descuidos que ocorrem no dia-a-dia doméstico, mas também a falta de acompanhamento em relação ao percurso escolar do menor, a despreocupação com o que este faz nos seus tempos livres, como ainda a falta de higiene e/ou a má nutrição ou, em casos extremos, o consentimento de práticas de mendicidade por parte dos menores. Este tipo de situações está mais presente no discurso das próprias crianças, sobretudo porque os comportamentos negligentes de pais e amas não são percebidos como tal por aquelas. Algumas chegam a ter orgulho das responsabilidades que tinham na sua infância - que as podiam colocar em perigo - mas que também poderão explicar a maturidade precoce de algumas delas.

Para além dos tipos de maus-tratos acima ilustrados como constitutivos de risco físico, psíquico e emocional e social para as crianças neles envolvidas, existe uma série de outras formas de maltratar, negligenciar ou colocar em perigo a criança, mesmo que de modo involuntário ou indirecto. Situações de grande precariedade económica e social, de dedicação a actividades ilícitas por parte dos familiares responsáveis pelos menores, sem esquecer a instabilidade conjugal e familiar podem ser enquadradas nesta última categoria. Frequentemente, estes três factores encontram-se viciosamente associados, conferindo às situações de

risco um carácter cíclico e complexo. Em termos concretos, esta categoria enquadra um grande número de situações, na medida em que é extremamente abrangente, sendo importante distingui-la das categorias de “violência”, com valores igualmente significativos, e de “negligência”, com os valores mais elevados no contexto dos maus-tratos observados nestas crianças. A abrangência das situações de risco na última categoria em análise está bem patente no seguinte caso:

RETRATO 2 – Rui

Rui tem doze anos e veio da Foz do Sousa há cerca de dois anos, não só por questões de pobreza e de maior facilidade de frequência escolar, mas também devido ao facto de o pai ser alcoólico, tendo o menino sido algumas vezes alimentado a “sopas de vinho”, e a mãe ter uma afeição doentia pelo filho, correndo o boato de se ter verificado já uma relação incestuosa. Contudo, não deixa de ir todos os fins-de-semana e férias para casa, altura em que Rui tem grande liberdade para fazer o que quiser durante o dia, nomeadamente, acordar por volta do meio dia ou uma hora, algo de que sente falta na Obra A.B.C., onde tem de se levantar cedo e fazer tudo a horas certas até ir para a cama.

Na instituição, grande parte do dia é dedicado ao estudo, mas também há tempo para estar com os amigos. Rui afirma dar-se bem com toda a equipa técnica da instituição e orgulha-se dos 49 amigos da Obra, dos 50 que tem lá fora e dos 25 que tem na escola, como ele mesmo gosta de dizer com o seu “rigor” matemático.

Da escola, gosta sobretudo das professoras e de algumas disciplinas em que pensa ser um dos favoritos, como é o caso da Geografia, da História e das Ciências. O menino revela ainda que tem sido mais assíduo às aulas desde que entrou para a Obra, porque antes se deixava dormir até tarde e perdia a camioneta que o levava até à escola. Por trás desta situação adivinha-se uma atitude algo negligente por parte da sua mãe.

A maioria das crianças institucionalizadas têm histórias de vida marcadas pela conjugação de diversos tipos de maus-tratos, embora nem todos apareçam na mesma proporção. No seu conjunto, as formas de maus-tratos activos e passivos acima evocadas são as principais causas mencionadas pelos directores e técnicos da Obra e do Lar para justificar a institucionalização das crianças em questão. Curiosamente, quando interpeladas sobre os motivos da sua estadia na instituição, elas apresentam justificações ligeiramente diferentes e tendem a desresponsabilizar os familiares como agentes da situação de risco em que se encontravam no passado. Com efeito, quase todas as crianças tendem a construir uma imagem essencialmente positiva da sua família mais próxima. Contrariamente ao que acontece com outras temáticas tratadas ao longo das entrevistas individuais, tudo o que diz respeito à instituição familiar é alvo de respostas evasivas ou monossilábicas. A relação com a família, tanto no passado como no presente, parece ser preponderante na formação da sua personalidade, essa importância parece ser tão elevada que a mantêm num “pedestal”, não permitindo grandes “invasões de privacidade” por parte das investigadoras. No caso dos menores em risco constata-se uma clara contradição entre a *família real* (que têm) e a *família ideal* (que gostariam de ter). Esta dialéctica reflecte-se na relação que se estabelece com outros agentes de socialização primária da criança.

A “sacralização” da família por parte da criança parece não ter a correspondente valorização afectiva desta última por parte do núcleo familiar. O facto de não haver um investimento afectivo em relação aos menores, não quer dizer que estes passem despercebidos aos olhos dos seus progenitores. Natália Gomes, pertencente ao corpo técnico da Obra A.B.C., salvaguarda que, *“Não é bem indiferença, porque eles preocupam-se com aquele ser! Mas preocupam-se com aquele ser, porque é filho e não por ser criança. É uma indiferença em relação ao facto de ele estar numa idade em que precisa de carinho, precisa de*

brincar, precisa de falar e essas coisas todas, portanto, é uma indiferença um bocadinho involuntária” (Ent. D, p.11). Em paralelo com esta subvalorização afectiva e emocional da criança, verifica-se uma certa instrumentalização da mesma em quadros de vida em que as carências materiais e financeiras relegam para um segundo plano as carências decorrentes da fragilidade e sensibilidade infantis. A assistente social volta a salientar: *“Mas geralmente a criança é vista como um “adulto em miniatura”, porque se os deixassem a criança estava era a trabalhar, não ia à escola e estava a ajudar no sustento do agregado familiar. Portanto, nessas famílias a criança não é vista como criança, não tem o direito de ser criança e não há tempo para ser criança”* (Ent. D, p.10). Com efeito, o nível de vida real tende a chocar quase sempre com a *Declaração Formal dos Direitos da Criança*.

A concepção de criança subjacente à acção quotidiana destas famílias acaba por reflectir-se na imagem que as crianças têm de si mesmas. A Directora Técnica do Lar N. Sr.^a do Livramento alerta para um “déficit de auto-estima” que está patente na maioria das crianças que chegam a esta instituição: *“A sua auto-estima é algo que se vai construindo lentamente. São crianças que têm uma enorme necessidade de carinho, de afecto. Normalmente impõem-se pelo vestir, tentam dar uma imagem de si próprias mais congruente com a das outras crianças e jovens que têm pai e mãe normais”* (Ent. E, p.6). O amor-próprio vai-se solidificando à medida que as crianças vão reconhecendo o amor que os outros depositam em si, salientando-se neste ponto a importância de uma ‘educação para os afectos’. Situadas em contextos de marginalização económica, social e afectiva, muitos menores em risco são submetidos a processos de institucionalização, mais ou menos prolongados e mais ou menos flexíveis, que lhes permitem descobrir uma nova afectividade e uma outra noção de infância que rima melhor com felicidade.

Importa reter um pouco mais a atenção sobre **onde estão** as crianças estudadas, uma vez decorrida a sua institucionalização. Com efeito, esta é considerada a medida extrema, uma vez que implica uma mudança profunda no quotidiano da(s) criança(s) envolvida(s) no(s) processo(s), mudança essa que pode chocar com a sua capacidade de adaptação a essa nova realidade. Desta forma se explica a diversidade de sensações exprimidas pelos utentes, tanto no sentido positivo como no sentido negativo, quando chegam a este tipo de instituições, como se pode retirar de algumas das declarações dos rapazes e raparigas contactadas:

- *“Bem, não gostei... Antes de vir para aqui comecei a chorar, dava pontapés às empregadas (...) Mal cheguei... ui, já me queriam oferecer bolachas! Passado um bocado fomos comer. O meu pai disse que ia comer ao restaurante, só que não foi, foi para casa.”* (Ivo)

- *“Senti-me contente porque vinha para a beira da minha irmã.(...) Não tive vergonha, entrei assim toda livre.”* (Lídia)

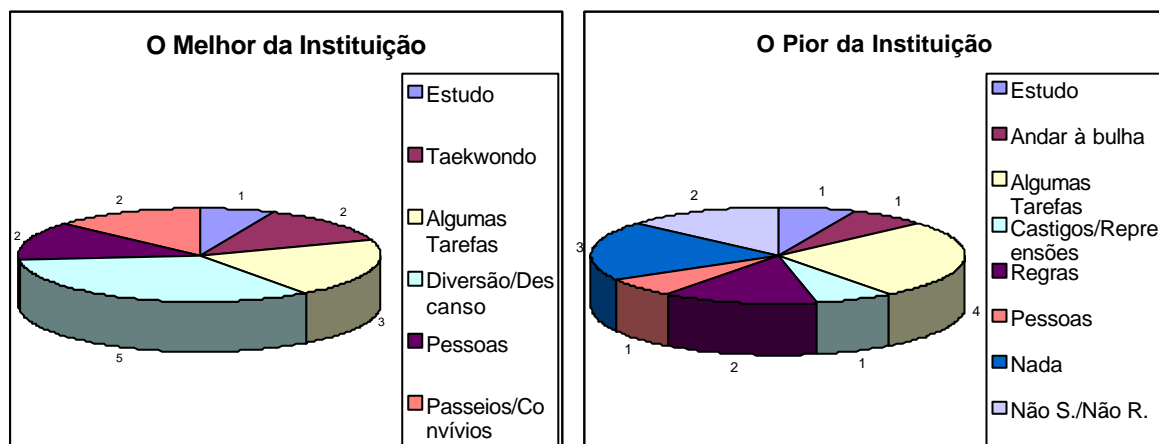
As primeiras reacções ao internamento parecem oscilar em função do maior ou menor apego da criança ao meio e ao núcleo familiar de origem, assim como do tipo de expectativas criadas pelo menor em torno da instituição. Contudo, o facto de o primeiro contacto ter suscitado repúdio ou satisfação, não significa que essas impressões não tenham sofrido alterações com o evoluir do tempo, seja no sentido positivo, seja no sentido negativo. Tal evolução vai sendo moldada em função das normas de funcionamento das instituições em si mesmas (horários, tarefas, rituais, etc), bem como, das interacções quotidianas entre técnicos e crianças (relações hierárquicas), decorrentes dessa forma de organização.

Os aspectos salientados por estes menores institucionalizados, aproximam a Obra ABC e o Lar N. Sr.^a do Livramento de algumas das características inerentes ao tipo ideal de *instituição totalitária* construída por Erving Goffman. O

autor afirma que numa instituição totalitária o dia-a-dia dos utentes encontra-se todo ele regulamentado, desde os horários que têm de ser cumpridos até às actividades que são colocadas à sua disposição: “(...) todos os períodos de actividade [dos indivíduos] são regulados segundo um programa restrito (...) cuja aplicação é assegurada por uma equipa administrativa. As diferentes actividades são reagrupadas segundo um plano único e racional, conscientemente concebido para responder ao objectivo oficial da instituição” (GOFFMAN, 1968: 48). É de salientar que o quotidiano das instituições, que aqui são analisadas, está delineado em função dos horários escolares e dos horários institucionais. As crianças passam os seus dias entre as horas de aulas, o tempo de realização das tarefas comunitárias e os períodos do estudo, entrecortados por breves espaços de tempo destinados ao descanso e à diversão. Só ao fim-de-semana esta rotina é cortada pelas idas para casa ou pelas actividades promovidas ao nível de cada instituição, altura em que os horários são mais flexíveis e as obrigações dão lugar aos passatempos. Apesar de se fazer um esforço no sentido da diversificação das actividades ao nível institucional, a estrutura burocrática não deixa de estar presente na decisão centralizada a esta escala, sem grande espaço para as propostas dos(as) menores.

O tipo de dinâmica quotidiana vivenciada nestas instituições parece ser muito influenciada pelas tarefas rotineiras e as actividades lúdicas que enchem o dia-a-dia institucional. O desenvolvimento das referidas práticas diárias no espaço da Obra e do Lar, leva ao questionamento daquilo que mais agrada e mais desagrade aos utentes destes estabelecimentos de apoio e protecção de menores em risco:

Gráficos III/IV – Opinião Geral das Crianças da Sub-amostra sobre as Instituições



Da análise dos gráficos acima apresentados pode constatar-se, no que diz respeito ao melhor da instituição, que o maior número de respostas apontam para a “diversão” e o “descanso”, logo seguido de algumas tarefas. Curiosamente, estas últimas (nem sempre as mesmas) são mais citadas quando se trata de enumerar o pior da instituição, a que se segue uma grande parte de menores que não vêm nela nada de pior. Entre outros aspectos positivos reconhecidos na instituição encontram-se ainda o taekwondo e os passeios, ambas as actividades de natureza lúdica. Em relação aos aspectos negativos, são mencionados os castigos e as repreensões, as regras a cumprir e o andar à bulha (de cujos menores nem sempre se queixam, sendo também motivo de diversão). Paradoxalmente, o “estudo” e as “pessoas”, tanto são enunciados como aspectos positivos, como negativos no dia-a-dia institucional.

A opinião que as crianças vão construindo acerca da instituição está muito ligada à maior ou menor integração delas e ao tipo de relacionamentos que se desenvolvem dentro do espaço institucional, o que explica em particular que o convívio interpessoal seja evocado como uma mais valia por uns, e como um

motivo de desagrado por outros. Na Obra A.B.C. e no Lar N. Sr.^a do Livramento é possível observar um respeito muito acentuado dos menores face aos seus orientadores, esteja aquele assente em sentimentos de admiração ou de receio dos primeiros relativamente aos segundos. A proximidade entre ambos vai-se construindo no quotidiano institucional em que, desde os técnicos aos directores, todos procuram dar um acompanhamento contínuo aos menores que têm a seu cargo:

“E1 – E agora, pensando nas pessoas com quem costumam estar aqui na Obra A.B.C.(...)costumas-te dar bem com elas?

e – Costumo

E1 – E destas pessoas que eu disse, quem é que tu sentes mais próximo de ti?

e – Todas.” Jardel (Ent. 5 – O, p.xxxviii-3)

“E2 – E agora em relação às Irmãs (...) dás-te bem com elas?

E – Há umas que eu gosto mais, há umas que gosto menos. (...) Nem todas as Irmãs são autoritárias, algumas são cínicas...duas delas. Eu com elas nunca desabafo”.

Jéssica (Ent. 2 – L, p.xxxviii-7)

Alguns destes testemunhos mostram que as redes de sociabilidades, que se estabelecem entre menores, educadores e técnicos, não ignoram a existência de conflitualidades decorrentes, ora de uma certa desobediência por parte dos primeiros, ora de um espírito um pouco austero por parte dos segundos.

RETRATO 3 – Jéssica

Jéssica é uma menina muito fechada, de quem as Irmãs sabem pouco apesar de ela já estar com elas há sete anos. Agora com treze anos, dela sabemos apenas que é natural da aldeia de Tabuaço, na região da Régua, de onde a sua mãe fugiu há uns anos de um marido deficiente físico e alcoólico. Então, veio viver para a cidade, trazendo consigo as duas filhas, que foram internadas neste Lar, e o filho, que foi colocado nas Oficinas de S. José. O enquadramento familiar monoparental deve-se ao mau resultado de uma tentativa de reconciliação entre os pais de Jéssica, o que a leva a receber visitas apenas da sua mãe.

Quanto ao seu dia-a-dia no Lar, a menina não parece ter uma boa opinião acerca deste, sobretudo devido à sobrecarga de tarefas, ao grande número de regras a cumprir e ao autoritarismo de algumas das Irmãs. A sua rebeldia reflecte-se ainda no facto de recusar que qualquer uma delas seja a sua confidente, chegando mesmo a desabafar: *“Elas dizem que se eu lhes disser alguma coisa fica só entre nós duas, mas passado um bocado já todas sabem de tudo. São umas cínicas!”* (Ent. 2 – L, p.xxxviii-7)

Se a relação com as Irmãs é algo controversa, a relação com as companheiras do Lar também não são de grande confiança, revelando não ter grandes amigas, mesmo entre aquelas que também andam consigo na mesma turma. Em relação à escola, afirma gostar de estudar e mostra ser bastante assídua, aproveitando mais esta ocasião para fazer uma crítica implícita ao rigor da instituição: *“Não falto, se faltar... Ui!”* (Ent. 2 – L, p.xxxviii-5)

Quanto a projectos futuros, apesar de muito indefinidos no que diz respeito a vir a constituir a sua própria família, estão um pouco mais claros no que se refere ao trabalho, tendo gosto em vir a ser estilista.

Em determinados momentos, as dificuldades de imposição de um novo modo de vida às crianças faz com que surjam algumas situações críticas. Anthony Giddens define-as como sendo aqueles “acontecimentos radicalmente perturbantes e de natureza imprevisível que ameaçam ou destroem a certeza das rotinas que se encontram institucionalizadas (...)” (GIDDENS, 1989: 110). O facto dos indivíduos se encontrarem em constante interacção, em espaços e tempos bem definidos, não impede – pelo contrário propicia¹ - o aparecimento de

¹ Giddens está a falar de indivíduos reflexivos situados em contextos de *co-presença* que lhes garantem uma maior visibilidade e controlo mútuos. A este nível o autor salienta a importância de Goffman, uma vez que

situações que vêm abalar o seu quotidiano. Nos contextos institucionais que aqui são analisados a ocorrência de situações críticas leva à aplicação de algumas repreensões ou mesmo castigos que funcionam como estratégias de restabelecimento das rotinas aí prevalentes.

Ao nível institucional, os relacionamentos das crianças entre si tomam também diferentes matizes. Enquanto umas realçam o ambiente afectuoso que está presente na instituição no seu todo, outras preferem fazer a distinção entre aqueles que são apenas conhecidos e aqueles que são ‘verdadeiros amigos’, outras ainda, não deixam de referir algumas inimizades que se criam no interior do espaço em questão. Em paralelo com a rede de sociabilidades infantis intra-institucionais, desenvolve-se uma série de relacionamentos com crianças exteriores à Obra/Lar, com particular incidência no espaço escolar. Todavia, a pouca profundidade dos laços afectivos formados a esta escala, aponta para uma permeabilidade limitada entre os espaços intra e extra institucionais. Com efeito, apesar de todos os menores afirmarem terem outras amizades para além do recinto da Obra/Lar, eles mesmos assumem um maior distanciamento, decorrente do próprio funcionamento quotidiano destas instituições: há horários a cumprir, há obrigações que não podem ser adiadas, há ritmos de vida que não podem ser equiparados aos de um núcleo familiar restrito. A *normalização* de que são alvo os menores ao nível das instituições impede uma completa inserção dos mesmos no tecido social mais alargado:

“E1 – Olha, e para além dos amigos aqui da Obra, tens muitos amigos na escola?
e – Tenho.

E1 – (...)Costumam vir cá lanchar ou brincar com vocês?

e – De vez em quando brincam...

E1 – E também já foste a casa de algum deles, ou não?

e – Já, da.....

E1 – Foste lá brincar e lanchar?

E – Fui lá buscá-la.” Jardel (Ent. 5 – O, p.xxxviii-4)

“E1 – E costumam trazê-los aqui ao Lar?

e – Ora bem, elas gostavam de ver aqui o Lar e eu disse: «Deixem estar que eu peço lá, pode ser que elas deixem!». Agora estamos à espera desse dia, deve ser no fim do ano!

E1 – E já alguma vez foste a casa de alguma delas?

e – Heee... não.

E1 – E gostavas de lá ir?

e – Há uma que diz que a casa é muito bonita (...) queria que a gente lá fosse, mas eu disse: «Não, é melhor não porque se as Irmãs sabem que eu fui lá sem autorização!...»”

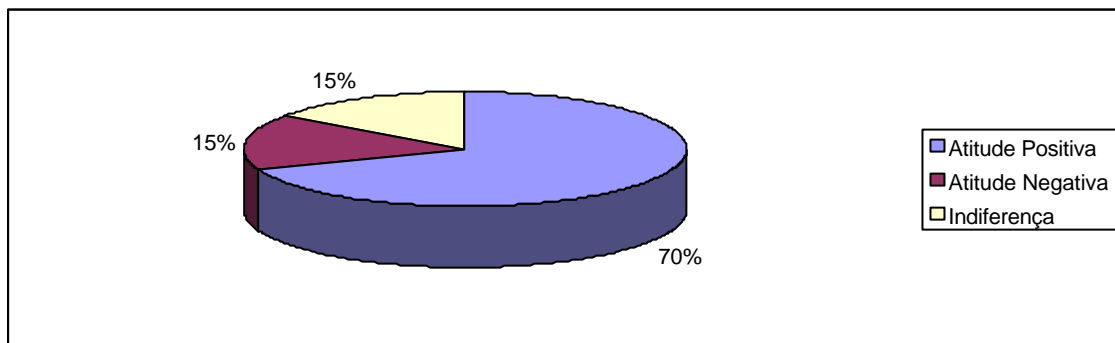
Kátia (Ent. 1 – L, p.xxxviii-3/4)

Apesar de todas as restrições e controlos indirectos no que se refere a relações extra-institucionais dos menores, estas instituições colaboram estreitamente com outros espaços em que aqueles desenvolvem interacções quotidianas, a começar pela escola. O recinto escolar tem, para estes menores, múltiplos significados, uns apontando mais para as funções formalmente cumpridas nesta instituição, outros evocando as funções implicitamente desempenhadas pela mesma no âmbito da socialização primária dos menores. Seja qual for a posição manifestada, e na sequência de um período mais ou menos prolongado de vivência na instituição, entre as crianças entrevistadas predomina uma imagem globalmente positiva sobre a escola, contrariando a posição negativista que João Sebastião e outros autores expõem relativamente a

este último considera que “toda a interacção social é uma interacção situada no espaço-tempo” (Giddens, 1989: 136). No entanto, Giddens critica o facto de Goffman relevar as influências dos elementos institucionais sobre motivação dos indivíduos.

crianças que ainda se encontram em situação de risco: “A escola é vivida como uma prisão, um lugar onde se é obrigado a ir e onde se é vítima de um prolongado processo de violência simbólica e física, com rupturas radicais nas linhas e processos de convivência entre formas culturais diferentes. A recusa em aceitar esta aculturação transforma a escola num campo de batalha, onde é preciso responder quotidianamente às agressões de que se é vítima”(SEBASTIÃO, 1995: 40). Os esforços de instituições, como a Obra ABC ou o Lar N. Sr.^a do Livramento, são sobretudo no sentido de integrar as crianças numa cultura dominante que vê a escola como elemento imprescindível para o desenvolvimento psico-social das crianças, assim como para a preparação do seu futuro socio-profissional. Apesar de muitos dos menores destas instituições viverem ou terem vivido situações de insucesso escolar e/ou aversão à escola, o acompanhamento contínuo de técnicos e educadores, nomeadamente através do estabelecimento de períodos longos e regulares de estudo, tem produzido efeitos positivos na imagem que as crianças têm da instituição escolar.

Gráfico V – Atitude dos Menores face à Escola.



A atitude e conduta escolares constituem duas componentes de complexos percursos de vida que os menores, uma vez institucionalizados, descrevem no sentido de superar um passado de risco e de procurar futuros mais promissores. É então que faz sentido perguntar **para onde vão** estes menores após a superação, a médio e longo prazo, do risco social que motivou a sua institucionalização? Pela acção decisiva que estas instituições desempenham, nas diversas dimensões da vida dos menores que têm a seu cargo, é necessário levar em consideração o seu contributo para o delinear dos projectos de vida dos referidos menores. O peso dessa contribuição está directamente relacionado com o período mais ou menos longo de internamento na instituição, bem como com a maior ou menor probabilidade de reconversão do modo de vida do menor e respectiva retaguarda familiar. Todavia, seja qual for o desfecho do processo de internamento, a marca institucional ficará assinalada de modo indelével nos trajectos de vida destas crianças.

- “[A Obra] é para mim amor, paz e alegria”

(Manel)

- “Para mim a Obra é uma instituição para a gente saber ver as coisas quando sairmos de cá. Para crescermos saudáveis, para termos estudos, etc.”

(Hugo)

- “Uma coisa maravilhosa porque tem pessoas que nos percebem e compreendem. Também temos amigos e podemos brincar umas com as outras.”

(Carolina)

- “Este Lar é uma coisa importante. É importante porque ajuda-nos a esquecer o passado, as coisas más, e ajuda-nos a preparar um lindo futuro.”

(Lídia)²

² Estas afirmações foram obtidas a partir da realização de um dos diversos exercícios de associação livre desenvolvidos no âmbito da pesquisa empírica, neste caso particular com base na questão “Para mim a Obra/Lar é...”

O futuro destes menores será vivido fora da instituição, por isso existe sempre um determinado risco de frustração relativamente ao investimento – afectivo, escolar, cívico e moral – realizado em cada caso. Tanto a Obra como o Lar procuram que os seus utentes só abandonem o recinto institucional quando estiverem criadas as condições familiares e pessoais para a construção de um futuro isento de situações de risco. Enquanto na Obra o trabalho intensivo de reconversão das famílias, a par da reinserção dos menores, tem levado à preparação de um regresso ao seio familiar até aos 18 anos (sendo raras as situações de permanência na Obra após a maioridade), já no caso do Lar, o esforço no sentido da realização de um percurso escolar de sucesso leva muitas meninas a aí permanecerem até à conclusão dos estudos universitários, à entrada no mercado de trabalho e à construção da sua própria família (verificando-se mesmo a celebração de alguns casamentos ao nível da instituição). A preocupação com o futuro a longo prazo está mais presente nos objectivos institucionais do que nos discursos pessoais dos menores institucionalizados.

Quando interpelados acerca dos seus projectos futuros, verifica-se que a grande maioria está mais segura no que diz respeito à profissão do que à constituição da sua própria família (embora em alguns casos se passe o inverso). Relativamente a esta última, as meninas parecem alimentar expectativas mais bem definidas do que os menores, seja qual for a posição exprimida:

“E2 – E gostavas de vir a constituir a tua própria família? Como é que ela seria constituída?”

e – Um bom marido, neste caso, gostava de ter dois filhos, um menino e uma menina... Seja o que Deus quiser! Gostava de ainda ver os meus bisnetos!”

Kátia (Ent. 1 – L, p. xxxviii-7)

“E1 – (...) gostarias de vir a constituir a tua própria família?”

e – Não sei.

E2 – Não imaginas como poderá vir a ser a tua família no futuro?”

e – (encolher de ombros)”

Miguel (Ent. 3 – O, p. xxxviii-7)

A importância que as crianças atribuem à instituição familiar impede-as de exprimirem uma opinião mais clara sobre a concretização de um projecto a este nível no seu caso pessoal. Esta falta de argumentação é muito menor quando se abordam os projectos socio-profissionais destas crianças. Tanto os rapazes como as raparigas parecem estar mais decididos neste âmbito, apresentando uma série de razões que justificam a sua preferência por determinadas profissões:

“E1 – Olha, e o que é que tu gostavas de ser quando fores grande?”

e – Educadora de infância ou polícia.

E1 – (...)Então gostas muito de crianças, para queres ser educadora de infância?”

e – É a coisa que eu mais gosto. Estar num infantário a tratar de crianças. Se calhar ainda vou para este infantário que está aqui ao lado do Colégio”.

Marisa (Ent. 4 – L, p. xxxviii-7)

“E2 – E o que é que gostarias de ser quando fores grande?”

e – Condutor de comboio ou bombeiro.

E2 – E qual é a razão?”

e – Para ajudar os pobres.

E2 – E condutor de comboio porquê?”

e – Para ir até sítios que não conheço e que gostaria de conhecer”.

Miguel (Ent. 3 – O, p. xxxviii-8)

Os contactos efectuados directamente com os menores institucionalizados permitiram ainda constatar que, se para uns a estadia prolongada na instituição constitui o meio para a construção paulatina de um futuro desligado das limitações que lhes eram impostas pelo meio social e familiar de origem; para outros o internamento passa a ser sentido como um obstáculo à realização dos

projectos futuros, originando um misto de frustração e de repúdio pela situação de menor institucionalizado.

RETRATO 4- Hugo

Hugo é um jovem de catorze anos e veio para a Obra há cerca de sete anos, devido a um contexto familiar de risco, pelo facto de o pai se dedicar ao roubo, tendência que o filho parece ter herdado. A mãe, embora trabalhe como empregada de balcão, não consegue reunir as condições necessárias para o sustentar a ele e à irmã, o que a terá levado a confiar a irmã a uma ama e a colocá-lo a ele na instituição, para que possa seguir uma melhor formação cívica e escolar.

O percurso escolar de Hugo parece ter sido bastante irregular no passado, na medida em que faltava muito para ir brincar com os amigos na rua. Apesar do rigor das regras prevaletentes na Obra A.B.C., ainda hoje tem alguns comportamentos desviantes dentro e fora da escola.

Hugo vive há muitos anos na Obra e parece já estar saturado de lá morar pois, embora tenha construído aí boas amizades, gosta muito de se referir aos amigos que tem em Matosinhos. Se na instituição tem oportunidade de fazer tarefas diversas e de treinar Taekwondo, já no sítio onde mora tem o hábito de frequentar as aulas de body-bord e de ir jogar bilhar com os amigos, com a vantagem de que sente uma maior liberdade. Alguns dos seus problemas comportamentais fazem dele um exemplo típico de criança/jovem de rua, melhor dito, *na* rua.

Sendo uma pessoa que gosta de fazer desporto, Hugo gostaria de um dia vir a ser nadador-salvador, mas teme que a sua permanência prolongada na Obra impeça a realização desse projecto. Já no domínio da família, o jovem está um pouco mais confiante, pensando vir a casar e a ter filhos.

Daquilo que vem sendo aflorado na presente dissertação, pode-se retirar que a linearidade não se aplica de forma alguma a histórias de vida destes menores, sendo aquelas caracterizadas por um elevado grau de complexidade. Com efeito, entre um passado de risco, um presente na instituição e um futuro ainda em embrião, estas crianças descrevem percursos diversos, que determinam o maior ou menor sucesso dos esforços de reinserção social levados a cabo por cada instituição.

5 - Conclusão

A presente investigação procurou demonstrar, como já foi anteriormente referido, que as crianças vítimas de maus-tratos descrevem um importante percurso de vida, desde o momento em que encontram envolvidas numa situação de risco, até à fase de regresso (ou não) ao meio familiar e social de origem, passando pelo período institucional. Este percurso, que designamos de Carreira de Menor Institucionalizado, não é, de modo algum, linear. Embora a maioria das crianças sejam 'internadas' pelo facto de se encontrarem vulneráveis a um conjunto de situações exclusionárias que impedem o seu pleno desenvolvimento psico-social e emocional, a saída do meio familiar e a entrada numa instituição nem sempre é vivida pacificamente. Uma vez inseridas na instituição verifica-se o delinear de diversos percursos conforme o grau de superação de passados marcados pelo risco e a capacidade de projecção de futuros caracterizados por uma desejada reinserção na sociedade.

A importância que a instituição assume na prossecução das referidas carreiras reflecte-se, por um lado, nos relacionamentos objectivos que os menores vão desenvolvendo com os técnicos, os amigos, os professores, os familiares e outros; por outro lado, na própria vivência subjectiva e importância relativa que vão atribuindo à instituição, amizade, à escola, à família, etc. Estes elementos vão sendo globalmente, e progressivamente, mais valorizados, valorização esta que implica, ao mesmo tempo, a aceitação do seu passado, em que estavam socialmente desenquadrados, e a projecção de um futuro, em que

passem a estar mais integrados. Para além da alteração da imagem que possuem dos diversos agentes de socialização, a(s) carreira(s) de menor(es) institucionalizado(s) implica(m) uma mutação profunda da sua própria imagem que leva, quase sempre, à elevação da sua auto-estima. A pouco e pouco, a infância deixa de ser sentida como período marcado pela agressividade e o sofrimento e passa a ser vivida como idade de desenvolvimento e de felicidade.

Este projecto de reinserção social exige uma acção conjunta por parte de todos os agentes de socialização. Se o processo de exclusão se desenvolve numa lógica cancerosa, é necessário que a dinâmica de reinserção também progrida numa lógica tentacular. Só a colaboração equitativa e interactiva entre todas as instâncias que directa ou indirectamente lidam com crianças poderá contribuir para o combate mais eficaz aos processos de exclusão múltipla de que estas são alvo, possibilitando-lhes um desenvolvimento mais equilibrado e um crescimento não em, mas sem solidão.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALMEIDA, Ana Nunes de, ANDRÉ, Isabel M., ALMEIDA, Helena Nunes de, *Os Maus Tratos às Crianças em Portugal – Relatório Final 1ª Fase*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 1995.

BOUDON, R., BOURRICAUD, F., *Dictionnaire Critique de la Sociologie*, Paris, P.U.F., 1982.

CLÉMENT, René, “Objects de soins et de mesures... ou personnes en devenir?”, in DOLTO, Françoise, RAPOPORT, Danielle, THIS, Bernard (org.), *Enfants en Souffrance*, Paris, Éditions Stock, 1981, pp. 19-31.

DUBAR, Claude, *La Socialisation - Construction des Identités Sociales et Professionnelles*, Paris, Armand Colin, 1991

DUBAR, Claude, “Socialisation et processus”, in PAUGAM, Serge (Dir.), *L'Exclusion – L'Etat des Savoirs*, Paris, Ed.Découverte, 1996, pp.111-119.

FERNANDES, António Teixeira, “Alguns desafios teórico-metodológicos”, in ESTEVES, A.; AZEVEDO, J. (Eds.), *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia, 1998, pp.9-27.

GIDDENS, Anthony, *A Constituição da Sociedade*, S. Paulo, Martins Fontes Ed., 1989.

GIDDENS, Anthony, *Novas Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Ed. Gradiva, 1996.

GLASERSFELD, Ernest Von, “An Introduction to Radical Constructivism”, in WATZLAWICK, Paul, *The Invented Reality*, New York, W.W. Norton Company, 1984, pp.13-40.

GOFFMAN, Erving, *Asíles*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1968.

SANTOS, Hélio de Oliveira, *Crianças Esquecidas*, Campinas, S. P. Pontes, 1995.

SCHWANDT, Thomas A, “Constructivist, Interpretivist Approaches to Human Inquiry”, in DENZIN, Norman, LINCOLN, Yvonna S., *Handbook of Qualitative Research*, London, Sage, 1994, pp.118-137.

SEBASTIÃO, João, “Modos de Vida Marginais: O Caso das Crianças da Rua de Lisboa”, in *Infância e Juventude*, 95-2, Lisboa, DGSTM/MJ, 1995, PP. 11-122.

XIBERRAS, Martine, *As Teorias da Exclusão – Para uma construção do imaginário do Desvio*, Lisboa, Instituto Piaget, 1993.